

Procedimento dos Défices Excessivos – 1.ª Notificação de 2011

De acordo com a primeira notificação de 2011, divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística, no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos, a 31 de Março, revista em 22 de Abril de 2011, os valores do défice orçamental e da dívida pública das Administrações Públicas, relativos a 2010, apresentaram uma deterioração, face ao previsto na última notificação de 28 de Setembro de 2010 (Quadro 1). O défice orçamental e a dívida pública situaram-se, em 2010, em 9,1% e 93% do PIB, respectivamente, em lugar dos 7,3% e 83,3% anteriormente previstos. A revisão dos valores destas variáveis deve-se não só ao quadro de incerteza e dificuldades financeiras provocadas pela crise económica, que levou ao agravamento do cenário macroeconómico e dos seus impactos nas contas públicas, designadamente via estabilizadores automáticos, mas também devido às revisões de reclassificação de empresas públicas de transporte na necessidade de financiamento das Administrações Públicas e do procedimento a adoptar no que respeita a contratos envolvendo Parcerias Públicas Privadas (PPP).

Quadro 1. Indicadores orçamentais (PDE)

	2007	2008	2009	2010	2011p
Saldo Global					
1. Notificação de Março de 2011	-3,1	-3,5	-10,1	-9,1	-4,6
2. Notificação de Setembro de 2010	-2,8	-2,9	-9,3	-7,3	:
Diferença (1-2)	-0,3	-0,6	-0,8	-1,8	:
Saldo Primário					
1. Notificação de Março de 2011	-0,2	-0,5	-7,2	-6,1	-5,1
2. Notificação de Setembro de 2010	0,0	0,0	-6,5	-4,1	:
Diferença (1-2)	-0,2	-0,5	-0,7	-2,0	:
Dívida Pública					
1. Notificação de Março de 2011	68,3	71,6	83,0	93,0	97,3
2. Notificação de Setembro de 2010	62,7	65,3	76,1	83,3	:
Diferença (1-2)	5,6	6,3	6,9	9,7	:

Fontes: INE, Notificação do défice e da dívida das Administrações Públicas - 28 de Setembro de 2010, 31 de Março de 2011 e 22 de Abril de 2011.

Após conversações com o Eurostat, o INE fez refletir na 1ª Notificação do Procedimento dos Défices Excessivos, de 31 de Março de 2011, três efeitos na compilação de alguns agregados das contas nacionais, especialmente na necessidade de financiamento das Administrações Públicas, cujos impactos estão ilustrados no Quadro 2.

Sem a consideração destes efeitos a necessidade de financiamento teria sido, para o período de 2007 a 2010 de 2,7%; 3,0%; 9,5% e 6,8% do PIB, respectivamente.

Quadro 2. Impacto na necessidade de financiamento das Administrações Públicas

Impacto em % do PIB	2007	2008	2009	2010
Reclassificação de empresas de transporte (REFER; Metropolitano de Lisboa e metro do Porto)	0,4	0,5	0,5	0,5
Sociedades BPN/"Financial Defeasance Structures"	:	:	:	1,0
Execução de Garantias BPP	:	:	:	0,3

Fonte: INE, Notificação do défice e da dívida das Administrações Públicas - 31 de Março de 2011.

Adicionalmente, a 23 de Abril de 2011, procedeu-se a uma nova revisão desta vez relativa à inclusão de três PPP no domínio das Administrações Públicas, dado não terem sido considerados como contratos do tipo PPP. Esta reclassificação tem consequências na necessidade de financiamento e no saldo orçamental (Quadro 3).

Quadro 3. Impactos no saldo e dívida consolidada das Administrações Públicas

Impacto em % do PIB	2008	2009	2010
Saldo	0,0	-0,1	-0,5
Dívida	0,0	0,1	0,6

Fonte: INE, Notificação do défice e da dívida das Administrações Públicas – 23 de Abril de 2011.

Sem a consideração destes efeitos para o período de 2008 a 2010, e de acordo com a notificação de 31 de Março, o défice orçamental seria de 3,5%; 10% e 8,6% do PIB e a necessidade de financiamento de 71,6%; 82,9% e 92,4% do PIB, respectivamente.

Analisando a evolução da conta das Administrações Públicas (Quadro 2), até 2007, constatam-se diminuições da despesa corrente primária, reveladoras de uma trajetória de consolidação. Porém, em 2008 e 2009, a despesa corrente primária aumentou 0,6 p.p. e 4,2 p.p., respectivamente, refletindo, em particular, o aumento da despesa em prestações sociais que não em espécie e das despesas com pessoal, esta no ano de 2009. Em 2010, esta despesa revela uma ligeira redução de 0,5 p.p..

O efeito da recessão bem como das medidas discricionárias adoptadas conduziram a quebras na receita fiscal de 2,1 p.p. em 2009, contudo, em 2010, observou-se um aumento de 0,6 p.p..

Quadro 4. Contas das Administrações Públicas

	2006	2007	2008	2009	2010
Receita Total	40,5	41,1	41,1	39,7	41,5
Receita Corrente	39,7	40,4	40,4	38,8	38,9
Receita Fiscal	23,6	24,0	23,8	21,7	22,2
Receita Contributiva	11,8	11,6	11,9	12,5	12,2
Outras receitas correntes	4,3	4,8	4,7	4,6	4,5
Receita de Capital	0,8	0,8	0,7	0,9	2,6
Despesa Total	44,5	44,3	44,6	49,8	50,2
Despesa Corrente	41,4	41,0	41,6	45,7	45,5
Despesas com pessoal	13,0	12,1	12,0	12,6	12,2
Prestações Sociais que não em espécie	14,6	14,6	15,1	17,0	17,0
Juros	2,6	2,9	3,0	2,9	3,0
Outras despesas correntes	11,2	11,4	11,5	13,2	13,2
Despesa de Capital	3,1	3,3	3,0	4,0	4,7
Saldo Global	-4,1	-3,1	-3,5	-10,0	-8,6
Saldo Primário	-1,4	-0,2	-0,5	-7,2	-5,6
<i>Em memória:</i>					
Despesa Total Primária	41,9	41,4	41,6	46,9	47,2
Despesa Corrente Primária	38,7	38,1	38,6	42,9	42,4

Fonte: INE, Março 2011.

A crise financeira, e em particular o abrandamento da atividade económica, originou um agravamento nos saldos orçamentais e da dívida pública, a partir de 2008, na generalidade dos Estados Membros. Assim, o

défi ce orçamental da União Europeia aumentou de 2,4% do PIB, em 2008, para 6,4%, em 2010 (Quadro 3) e na área do euro, observou-se um aumento do défi ce de 2,0% para 6,0% do PIB. Com exceção de Irlanda, Luxemburgo, Polónia, Alemanha e Áustria todos os restantes países apresentaram melhorias nos respectivos saldos orçamentais em 2010, quando comparados com os valores observados em 2009. De acordo com o Quadro 3, apenas dois países Estónia (0,1% do PIB) e Suécia (0,0% do PIB) apresentam valores não negativos no seu saldo orçamental.

Igualmente na dívida pública denotam-se efeitos da deterioração da situação orçamental, devido ao aumento das necessidades de financiamento e ao menor crescimento nominal do PIB. Estes efeitos refletiram-se na dinâmica da dívida pública, aumentando de 59% para 80% do PIB no conjunto da UE e de 66,2% para 85,1% do PIB, na área do euro, entre 2007 e 2010. Constata-se, igualmente, um aumento do número de Estados-membros cujos rácios da dívida foram superiores ao valor de referência (60%), sendo agora 12: Itália, Grécia, Bélgica, Hungria, França, Portugal, Alemanha, Malta, Chipre, Espanha, Áustria, Irlanda, Luxemburgo e Países Baixos.

Quadro 5. Saldo Orçamental e Dívida Pública na União Europeia

	Saldo Orçamental				Dívida Pública			
	2007	2008	2009	2010	2007	2008	2009	2010
União Europeia	-0,7	-2,4	-6,8	-6,4	59,0	62,3	74,4	80,0
Área do Euro	-0,7	-2,0	-6,3	-6,0	66,2	69,9	79,3	85,1
Bélgica	-0,3	-1,3	-5,9	-4,1	84,2	89,6	96,2	96,8
Alemanha	0,3	0,1	-3,0	-3,3	64,9	66,3	73,5	83,2
Irlanda	0,1	-7,3	-14,3	-32,4	25,0	44,4	65,5	96,2
Grécia	-6,4	-9,8	-15,4	-10,5	105,4	110,7	127,1	142,8
Espanha	1,9	-4,2	-11,1	-9,2	36,1	39,8	53,3	60,1
França	-2,7	-3,3	-7,5	-7,0	63,9	67,7	78,3	81,7
Itália	-1,5	-2,7	-5,4	-4,6	103,6	106,3	116,1	119,0
Chipre	3,4	0,9	-6,0	-5,3	58,3	48,3	58,0	60,8
Luxemburgo	3,7	3,0	-0,9	-1,7	6,7	13,6	14,6	18,4
Malta	-2,4	-4,5	-3,7	-3,6	62,0	61,5	67,6	68,0
Países Baixos	0,2	0,6	-5,5	-5,4	45,3	58,2	60,8	62,7
Áustria	-0,9	-0,9	-4,1	-4,6	60,7	63,8	69,6	72,3
Portugal	-3,1	-3,5	-10,1	-9,1	68,3	71,6	83,0	93,0
Eslovénia	-0,1	-1,8	-6,0	-5,6	23,1	21,9	35,2	38,0
Finlândia	5,2	4,2	-2,6	-2,5	35,2	34,1	43,8	48,4
Eslováquia	-1,8	-2,1	-8,0	-7,9	29,6	27,8	35,4	41,0
Estónia	2,5	-2,8	-1,7	0,1	3,7	1,6	7,2	6,6
Bulgária	1,1	1,7	-4,7	-3,2	17,2	13,7	14,6	16,2
República Checa	-0,7	-2,7	-5,9	-4,7	29,0	30,0	35,3	38,5
Dinamarca	4,8	3,2	-2,7	-2,7	27,5	34,5	41,8	43,6
Letónia	-0,3	-4,2	-9,7	-7,7	9,0	19,7	36,7	44,7
Lituânia	-1,0	-3,3	-9,5	-7,1	16,9	15,6	29,5	38,2
Hungria	-5,0	-3,7	-4,5	-4,2	66,1	72,3	78,4	80,2
Polónia	-1,9	-3,7	-7,3	-7,9	45,0	47,1	50,9	55,0
Roménia	-2,6	-5,7	-8,5	-6,4	12,6	13,4	23,6	30,8
Suécia	3,6	2,2	-0,7	0,0	40,2	38,8	42,8	39,8
Reino Unido ^(a)	-2,7	-5,0	-11,4	-10,4	40,2	38,8	42,8	39,8

Fonte: Eurostat, Euro-indicators, 26 de Abril de 2011.

Nota: ^(a) Os valores para o Reino Unido referem-se ao ano fiscal (1 de Abril do ano X a 31 de Março do ano X+1).

Ajustamento de passagem do défi ce à variação da dívida

O ajustamento *stock-flow* obtém-se através na diferença entre a variação da dívida pública e o défi ce orçamental para um dado período de análise. É considerado um indicador estatístico eficiente na monitorização da performance orçamental. As diferenças entre os ajustamentos podem ser explicadas

pela aquisição líquida de ativos financeiros por parte das Administrações Públicas, operações em créditos comerciais ou diferenças de valorização entre as operações que afectam o défice e/ou a dívida pública.

Decompondo a passagem do défice para a variação da dívida em Portugal para o período 2007 a 2010, é possível verificar, em 2010, a existência de operações financeiras associadas à transferência do património dos fundos de pensões da Portugal Telecom para a Caixa Geral de Aposentações, à concessão de empréstimos à Grécia, e às aquisição de empréstimos concedidos pelo BPN, por parte da Parvalorem, em Dezembro de 2010 (Quadro 4).

Quadro 6. Ajustamento défice – dívida em Portugal

(% PIB)

	2007	2008	2009	2010
<i>Ajustamentos Stock-Flow</i>	-0,7	0,8	-0,1	2,7
Aquisição líquida de activos financeiros	-0,1	0,7	0,6	2,9
Moeda e depósitos	-0,2	-0,3	-0,3	0,4
Títulos excluindo acções	0,0	-0,5	0,2	-0,3
Empréstimos	-1,2	0,4	-0,1	0,9
Acções e outras participações	0,9	1,2	0,6	0,9
Outros activos financeiros	0,5	0,1	0,3	1,0
Outros ajustamentos (ajust.+discrep.est.)	-0,6	0,1	-0,7	-0,2

Fonte: Eurostat, *Stock-flow adjustments for the Member States*, April 2011.